

1.

Introdução

O propósito desta dissertação será o de compreender o pensamento internacional¹ de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima mediante a reconstrução e sistematização da visão de mundo desses protagonistas do pensamento político brasileiro entre as décadas de 1890-1910, momento que, ao nosso ver, abrigou o debate inaugural da diplomacia moderna do país. As ideias e os projetos de inserção internacional que daí se originaram viriam a influenciar durante o século XX a forma pela qual a diplomacia brasileira atuaria, sob a forma de paradigmas ou mapas cognitivos.²

Para executar tal tarefa, lançaremos mão da análise de três imagens a serem apreendidas de fontes primárias e secundárias: a formação do Estado brasileiro, a ontologia do sistema internacional e o papel e lugar do Brasil no mundo.

Ao apontarmos a visão de mundo de determinado agente como o objeto de pesquisa em nosso estudo, partimos do pressuposto segundo o qual o ambiente de socialização e a cultura política ao qual se encontra submetido influenciam decisivamente a sua forma de pensar e agir. Da mesma forma, tais atores possuem a capacidade de influenciar e mesmo modificar o ambiente social e as tradições dos quais fazem parte.

¹ Adotaremos neste trabalho o termo “pensamento internacional” em detrimento de “pensamento diplomático” na medida em que o segundo poderia passar a impressão de ser produto exclusivo de diplomatas. O primeiro por outro lado, expressaria, ao nosso ver, a forma como os mais variados agentes políticos conceberiam as relações internacionais do Brasil em determinado momento. Nem sempre na história da política exterior brasileira os diplomatas tiveram a proeminência na sua formulação e implementação como aquela vista nas últimas décadas.

² A expressão paradigma foi aqui tomada emprestada da formulação de Maria Regina Soares de Lima que diz ser “*verdaderas teorías de acción diplomática, constituidas por un conjunto más o menos articulado de ideas base, que pueden o no estar respaldados en visiones o teorías ya existentes. E mais “[...] (los mapas cognoscitivos) ayudan diplomático a dar sentido a la complejidad del mundo que o rodea [...]*”. In LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes Analíticos y Conflictos de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña. América Latina/Internacional. Buenos Aires, 1(2), 1994, p. 34.

Uma visão de mundo consiste em um conjunto de ideias articuladas e cristalizadas sob a forma de imagens da realidade. Longe de crermos na existência de um mundo objetivamente pré-estabelecido, a apreensão dessa realidade é, antes de tudo, o processo cognitivo fruto da percepção humana condicionada por valores, regras e crenças acerca de um mundo socialmente construído.

Mais preocupados do que conhecer unicamente o resultado concreto do pensamento internacional de determinado indivíduo mediante a análise de sua visão de mundo, sinalizamos para a importância de compreender ainda em que medida a tradição política influencia os seus quadros cognitivos e como a construção de imagens desta realidade impacta a formulação da política externa.

Em outras palavras, em que medida crenças e valores intersubjetivamente construídos influenciam a construção de visões de mundo de determinado agente e em que medida tais visões condicionam a formulação de projetos de política externa?

Tradicionalmente, as abordagens cognitivas de Análise de Política Externa analisam de que forma crenças e outros fatores de ordem subjetiva impactam nas percepções e, conseqüentemente, na variação do conteúdo de políticas. As abordagens construtivistas das Relações Internacionais, por outro lado, compreendem a formação dessas crenças, regras e valores que incidem sob a percepção do indivíduo. A nossa proposta é a de um diálogo entre a constituição desse complexo normativo – entendido aqui como a cristalização de crenças, regras e valores em estrutura cognitiva - e a sua incidência sobre a cognição humana, uma vez que os agentes são, recursivamente, criadores e receptores desse conjunto de ideias. Opera-se, dessa forma, o que chamaríamos de co-constituição entre as partes.

Três são os motivos que orientam a nossa escolha por esse recorte temporal. O primeiro diz respeito ao importante momento histórico vivido pelo país - seja pela emergência de um novo regime de governo e de supostas alterações no ambiente de socialização, seja por eventuais transformações de ordem burocrática e doutrinárias operadas na diplomacia brasileira.

A este respeito, argumentaremos que a tradição político-diplomática brasileira, entendida aqui como a estrutura do pensamento político brasileiro, experimentou poucas alterações ao longo dos anos 1890-1910 em um processo de lenta construção intersubjetiva. A mudança de regime impactaria diretamente

na construção de novas regras políticas. No entanto, seria materialmente pouco provável uma mudança total no complexo normativo que informava a produção e implementação de política externa. A secular herança política imperial continuou a ser uma realidade a impactar as visões de mundo dos homens de Estado durante os primeiros anos da Primeira República.

Uma vez que a estrutura é composta de crenças, valores e regras, ela só se materializa como uma realidade impositiva a partir do momento em que os seus agentes lhe outorguem um mínimo de aquiescência. Do contrário, este complexo simplesmente não passaria pelo crivo cognitivo dos indivíduos. Uma cultura política apenas se estabelece enquanto estrutura a partir da aceitação normativa mínima de parte de seus agentes.

O que se viu com a nascente república foi o aprofundamento da oligarquização já verificada nas décadas finais do Império³ e mudanças nos quadros sociais da elite decorrentes da ascensão dos cafeicultores paulistas e da substituição dos magistrados no controle do aparato burocrático por bacharéis de direito e jornalistas, fenômeno apontado por José Murilo de Carvalho como gradual desde a década de 1860.⁴ Tais mudanças, no entanto, em nada tiveram força para alterar os quadros do Itamaraty, que, ao contrário, atraiu indivíduos que viam na diplomacia a possibilidade da coexistência entre valores monarquistas com ambições de caráter pessoal.

Se a literatura especializada beira a unanimidade em apontar o período de 1902-1912 como o marco fundacional da diplomacia moderna⁵, engana-se os que

³ LYNCH, Christian. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. Lua Nova (Impresso), v. 85, 2012.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem e Teatro de Sombras. Civilização Brasileira, 5. ed, 2010.

⁵ Ver, por exemplo, CHEIBUB, Zairo B. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica, in Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 28, n.1, 1985; ALMEIDA, Paulo Roberto de. O legado do Barão: Rio Branco e a moderna diplomacia brasileira. RBPI, no. 2, mês 7-12, 1996; LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes Analíticos y Conflictos de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña. América Latina/Internacional. Buenos Aires, 1(2), 1994; LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001; RICUPERO, Rubens. Rio Branco: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobrás, 2000; SILVA, Alexandra de Mello e. O Brasil no Continente e no Mundo: Atores e Imagens na Política Externa Brasileira Contemporânea. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, (15), jan./jun. 1995; e, Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. Rev. Bras. Polít. Int. 41 (2): 139-158. 1998.

Até mesmo Cheibub, que em seu conhecido trabalho *Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica* analisa o desenvolvimento histórico da diplomacia

daí depreendem grandes pontos de inflexão *vis-à-vis* a diplomacia imperial. Muito mais fruto da construção narrativa do novo regime político instalado e do peso simbólico da figura imponente de Rio Branco, o Itamaraty da jovem república era o canteiro de monarquistas convictos que se viam à imagem e semelhança de grandes estadistas imperiais. Menções à obra, ao caráter e à conduta exemplar de nomes como Nabuco de Araújo, Marquês do Paraná, Visconde do Paraguai e Visconde do Rio Branco eram frequentemente realizadas em analogias indicadoras do exemplo político a ser seguido.⁶

Recorrentemente, a literatura de Política Externa Brasileira faz menção à maior das inovações trazidas pelo novos tempos republicanos: a mudança do eixo europeu pelo atlântico, ou, mais precisamente, pela opção monroísta.⁷ A despeito do mérito em aprofundar o relacionamento com o gigante do norte, a aproximação com os Estados Unidos é anterior à assunção da chancelaria por Rio Branco.⁸ Desde pelo menos a década de 1870, os fluxos comerciais com aquele país seguiram em perspectiva ascendente.

O convite para o estabelecimento de colônias de agricultores americanos em território brasileiro – do qual a cidade de Americana em São Paulo é ainda uma prova viva –, assim como a viagem do imperador às comemorações do centenário daquele país, são indicadores desta aproximação que remonta anos antes do sucesso diplomático de Rio Branco. A título de curiosidade, a admiração de Pedro II pela produção agrícola e industrial daquele país era de tal monta que o imperador foi o primeiro a comprar ações da companhia Bell Telephone Company, notória por comercializar o primeiro telefone de Graham Bell.⁹

brasileira e do MRE reconhece: “Deve-se considerar, inicialmente, que a administração do Barão significa a verdadeira fundação do Itamaraty moderno.” In CHEIBUB, op. cit., p. 120.

⁶ Ver, por exemplo, cartas trocadas entre Nabuco e Oliveira Lima, Rio Branco, Domício da Gama e *ali* disponíveis em NABUCO, Joaquim. Obras Completas. Cartas ao Amigos. Volume 13 (a partir da página 189) e Volume 14. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949; Lins, 2011; Bethell, 2011; Filho, 2012;

⁷ Algumas obras poderiam ser citadas, como FONSECA Jr., Gelson. Alguns aspectos da Política Externa Brasileira Contemporânea. In: FONSECA Jr., Gelson. A Legitimidade e outras questões internacionais. São Paulo: Paz e Terra, 1998. RICUPERO, Rubens. Rio Branco: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobrás, 2000 e Visões do Brasil: Ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil. São Paulo: Editora Record, 1995. CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília, Editora UnB, 2011. DANESE, Sérgio França. "A diplomacia da República Velha: uma perspectiva". Revista Brasileira de Política Internacional, nº 105/108, ano XXVII, 1984.

⁸ PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira. Zahar, 2007.

⁹ LIBRARY CONGRESS. Dom Pedro II and America. Disponível em <http://international.loc.gov>. Último acesso em abril de 2013.

A propósito, Dom Pedro II seria convidado por Estados Unidos e Inglaterra a ser o árbitro da questão Alabama, litígio remanescente da Guerra de Secessão. O laudo, elaborado pelo Visconde de Itajubá, acabaria por dar vitória aos Estados Unidos.¹⁰

Poder-se-ia, ainda, apontar uma suposta aproximação brasileira por parte das demais repúblicas latino-americanas, como aquela mencionada no fracassado pacto ABC – que nem com Vargas, diga-se de passagem, se consubstanciaria. Durante todo o século XIX, a nacionalidade brasileira seria construída em contraposição àquela das repúblicas anárquicas e desordeiras da América Espanhola. Seria a mudança de regime capaz de alterar padrões de alteridade construídas ao longo de três séculos? Como nota Bethell,

Os governos brasileiros da Primeira República (1889-1930), como na época do Império, não demonstravam qualquer interesse pelos “povos da língua espanhola” e pelas “nações latino-americanas”, com exceção das disputas fronteiriças (geralmente vitoriosas) com seus vizinhos sul-americanos – como com a Argentina em 1895 e a Bolívia (pelo território do Acre) em 1903, e também Colômbia, Peru e Uruguai – e das tentativas (menos bem-sucedidas) de estabelecer boas relações com a Argentina e o Chile no Cone Sul. O Brasil preferia estreitar as relações com a Europa, mais especificamente a Grã-Bretanha e, de certo modo, com a Alemanha, e cada vez mais com os Estados Unidos.¹¹

Outrossim, como ressalta Leslie Bethell, a visão de América dos estadistas republicanos se manteria, grosso modo, idêntica a do Império, “com dois gigantes no hemisfério ocidental, sem dúvida desiguais: os Estados Unidos e o Brasil. Ambos de proporções continentais; ambos com recursos naturais abundantes e alto potencial econômico; ambos “democracias” estáveis; e ambos, acima de tudo, distintos da América Espanhola ou Latina.”¹²

Rio Branco e Joaquim Nabuco, antes de se tornarem ícones do imaginário institucional republicano foram estadistas que se viam no dever de concluir a *magnum opus* do Império: a formação do Estado brasileiro. Os resultados por eles obtidos não deixam dúvida que a consolidação territorial contemporânea e o sucesso na negociação de tratados de amizade, comércio e navegação com os

¹⁰ MARTINS, Pedro A. Batista. A arbitragem no Brasil. Disponível em <http://www.tradutoresjuramentados.com/pbm/artigos/arbbra.pdf>. Último acesso em abril de 2013.

¹¹ BETHELL, Leslie. O Brasil e a Ideia de América Latina em perspectiva histórica. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009, página 295.

¹² Idem, página 297.

vizinhos deram à tradição política imperial termo digno de um *grand finale* em sua obra maior. Foram, pois, em grande medida, continuadores dos esforços imperiais.

Recorrentemente, recai sobre Nabuco e, em maior grau, sobre Rio Branco, o mérito fundacional de uma espécie de diplomacia moderna brasileira. Como apontado anteriormente, inexistem, entre os anos 1890-1910, grandes pontos de inflexão com relação à diplomacia imperial, seja com relação à política americanista ou do Prata, seja com relação ao processo de recrutamento e treinamento no ainda diminuto Itamaraty.

Parece-nos sensato apontá-la como moderna na medida em que a obra de Rio Branco abre novos horizontes à política externa após superar com êxito a primeira da mais elementar atribuição da diplomacia: a construção do Estado-nação e a sua aceitação no sistema internacional.

Verifica-se, no período, discussões com relação à modernização do aparato diplomático. Este ímpeto modernizante, no entanto, encontrará em Oliveira Lima - e não em Rio Branco - o seu mais destacado defensor. Se de um lado, Rio Branco representou a face mais bem acabada do estadista imperial preocupado com a política de equilíbrio no Prata e a preservação das fronteiras nos limites defendidos pelo Império, do outro, foi a face menos progressista na direção da modernização administrativa do Itamaraty. Foi um centralizador por excelência. Durante sua gestão, as reformas defendidas por Oliveira Lima e Cabo Frio estiveram longe da consubstanciação.

O segundo motivo que nos move na escolha deste recorte temporal é a existência de figuras lendárias da mitologia diplomática brasileira, agentes com reconhecido peso na formulação da política exterior brasileira. Mais do que isso, são fundadores de uma herança intelectual que será reivindicada durante todo o século XX em nome da tradição diplomática do Itamaraty. Curioso é notar que, a despeito de figuras como Rio Branco e Nabuco se verem como herdeiros políticos da obra imperial e, portanto, continuadores em alguma medida daquela tradição diplomática, é raro qualquer menção contemporânea ao período imperial.¹³

É mesmo pouco problematizada na literatura a construção da imagem de heróis republicanos ou de pais da diplomacia moderna brasileira, sobretudo

¹³ CHEIBUB, op. cit, p. 120.

quando a figura em questão é a de Rio Branco. Beira à santificação. Matias Spektor nota que “Ler a respeito de Rio Branco ainda é frustrante. Do conjunto das obras existentes, aprende-se que ele era ‘coerente’, ‘seguro’, ‘inovador’, ‘singelo’, ‘lúcido’, ‘despretensioso’ e, curiosamente, conseguia ser ‘tímido’ e ‘extrovertido’ ao mesmo tempo. Como se tivesse poderes do além, ‘não falhou em nada que empreendeu’.”¹⁴ Cem anos após a sua morte, abundam, ainda hoje, trabalhos majoritariamente laudatórios à sua figura.

O lado negativo da santificação torna-se quanto mais perigoso a partir do momento em que figuras cruciais para a compreensão do pensamento político brasileiro são eclipsadas, quando não quase apagadas, da história diplomática do país. Tal processo de mitificação, ao nosso ver, colaborou para o esquecimento parcial de uma das figuras mais visionárias e originais da diplomacia republicana: Manuel de Oliveira Lima.

Assim como Nabuco e Rio Branco, Oliveira Lima foi monarquista e uma das mentes de maior destaque na Primeira República. Filho de prósperos comerciantes, deixaria Pernambuco aos 6 anos e só retornaria ao país na vida adulta. Enquanto os primeiros fizeram parte da geração de 1870, Oliveira Lima estudou Letras na França nos anos 1890, serviu como diplomata na Ásia, América Latina e África.¹⁵

Foi o principal opositor ao americanismo pragmático ou saquarema de Rio Branco e ao americanismo idealista ou luzia de Nabuco. Seja pela sua estatura intelectual, seja pela convicção da necessidade de reformas no Itamaraty, foi o único diplomata a articular um plano coerente de propostas e iniciativas concorrentes com a de Rio Branco e Nabuco, tais como uma ampla reforma administrativa no Itamaraty, uma aliança com os vizinhos sul-americanos em detrimento aos Estados Unidos, a utilização da diplomacia como instrumento de promoção comercial e o desenvolvimento do que mais tarde seria conhecido como diplomacia cultural.

Inicialmente próximos, o amigável diálogo entre os três grandes logo daria lugar a acirradas disputas intelectuais e burocráticas. Oliveira Lima representou o grande arauto da modernização do Itamaraty, empreendendo, nem sempre da

¹⁴ SPEKTOR, SPKETOR, Matias. Usos e Abusos do Barão. In FOLHA. Edição de 22 de Julho de 2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/55782-usos-e-abusos-do-barao.shtml>. Último acesso em 10 de fevereiro de 2013.

¹⁵ MALATIAN, Teresa. Oliveira Lima e a construção da nacionalidade. EDUSC, São Paulo, 2001.

forma mais polida, duras críticas ao excessivo centralismo e desorganização do Itamaraty na era Rio Branco. Seu espírito de independência ainda confrontaria a política americanista de Nabuco, a ausência de atuação política na Europa e a negligência com relação aos vizinhos. Ao seu ver, o Brasil deveria adotar uma postura globalmente ativa, primeiramente dotada de um panamericanismo crítico. Pragmática e comercialmente intencionada. Era imperativo expandir as rotas comerciais do país com o mundo.

Infelizmente, o seu pensamento internacional por muitos anos se manteve esquecido.¹⁶ De um lado, celebra-se o grande historiador, para alguns da estatura ou mesmo maior que Varnhagen e Capistrano de Abreu.¹⁷ Do outro, se empalidece a figura do pensador original e diplomata vanguardista que representou Oliveira Lima. Para se ter ideia, sua obra prima, *Dom João VI no Brasil*, lançada originalmente em 1908, só teria uma nova edição em 1945. *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, de 1911, seria traduzida nos anos seguintes para diversos idiomas. Apenas em 1944, veríamos a primeira versão em português. A maior parte de seus trabalhos, no entanto, permanecem sem uma segunda edição.

Diversas hipóteses foram levantadas por Freyre, Forster e Almeida para explicar o esquecimento parcial ao qual Oliveira Lima por muito tempo esteve submetido.¹⁸ Em primeiro lugar, devido ao ofuscamento de sua obra por parte da mitologia institucional criada ao redor de seu maior oponente e vencedor do debate acerca do projeto de inserção internacional a ser levado a cabo pelo Brasil, o Barão do Rio Branco.

¹⁶ Há de se mencionar que alguns autores vêm se empenhando no resgate do pensamento de Oliveira Lima, sobretudo nos últimos anos, tais como MALATIAN, op. cit.; GOUVEA, Fernando da Cruz. Oliveira Lima: Uma biografia. 2ed. Recife, 2 vols, CEPE, 2002; MOTA, Carlos Guilherme. Oliveira Lima e Nossa Formação. In O Itamaraty na Cultura Brasileira. Org. Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro, 2002; ALMEIDA, Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República: um intelectual com idéias fora do lugar ou com propostas fora de época? In Remate de Males, Campinas, Unicamp, IEL, número 24, 2004; e O Império em Ascensão (por um de seus espectadores). Introdução ao livro de Manuel de Oliveira Lima: Nos Estados Unidos, Impressões políticas e sociais. Brasília: Senado Federal, 2009; FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli. Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira: uma análise da construção da tradição. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2010; FORSTER, Maria Thereza Diniz. Oliveira Lima e as Relações Exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira. Ed. Brasília. FUNAG, 2011.

¹⁷ MOTA, op. cit, p. 245.

¹⁸ FREYRE, Gilberto. Don Quixote Gordo. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2a ed., 1968; ALMEIDA, op. cit; FORSTER, op. cit.

A segunda hipótese, na vanguarda de seu pensamento e atuação diplomática, o que às vezes, é verdade, lhe condicionaria a imagem de diplomata indiscreto e pouco elegante. A sua independência intelectual e mesmo a forma confiante com a qual defendia as suas ideias abertamente na imprensa lhe aproximariam da figura de anti-herói da diplomacia moderna consagrado no modelo de vida de Rio Branco. Não foram raras as críticas desveladas a superiores e um excesso de publicidade às suas opiniões, um tanto inovadoras. Argumenta-se ainda que suas ideias sobre a carreira diplomática e o papel do Brasil no mundo estivera à frente de seu tempo.¹⁹

Some-se a isso, apostas políticas pessoais malfadadas. Inicialmente republicano e bem visto nas altas instâncias do poder, Oliveira Lima se converteria ao monarquismo e tornaria públicas as suas discordâncias com os destinos do país e com o rumo tomado pela política exterior brasileira. Caminho oposto trilhado por Nabuco e Rio Branco. Inicialmente descontentes com o fim da Monarquia, adeririam às regras políticas da República e acabariam por ser canonizados como heróis republicanos em decorrência de sua grandiosa obra.

Ademais, apoiaria Rui Barbosa nas eleições de 1909, enquanto Rio Branco se manteria ao lado de Hermes da Fonseca, vencedor do pleito. Entraria ainda em rota de colisão com nomes importantes da política republicana, sobretudo Pinheiro Machado, um de seus principais opositores fora do Itamaraty.

Gilberto Freyre ainda menciona o fato de ter vivido parte considerável de sua vida no exterior, o que teria contribuído para certo esquecimento de sua obra.²⁰ Mota destaca o seu físico e maneira de ser, “algo estabanada, a que um físico avantajado dava pouca pompa e algum estardalhaço”, em um momento “em que a aparência contava muito mais que na atualidade”.²¹

Nem mesmo Nabuco escaparia às sombras produzidas pela imagem grandiosa de Rio Branco. Bonafé observa que “a interpretação da atuação do primeiro embaixador brasileiro ficou [...] encoberta pela sombra do barão, obscurecida pelo interesse de forjar e perpetuar o mito de origem da diplomacia brasileira.”²² Caracterizado como idealista, e às vezes mesmo como ingênuo,

¹⁹ FORSTER, 2010, op. cit., p. 188.

²⁰ FREYRE, op. cit., 1968.

²¹ MOTA, 2002, op.cit., p. 241.

²² BONAFE, Luigi. Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense – Departamento de História, 2008, p. 228.

Bonafé chama a nossa atenção para perceber que a caracterização de Nabuco enquanto idealista “serviu a um projeto bem claro. Trata-se do elogio e da consagração do ‘pai fundador’ da diplomacia brasileira como estrategista ‘realista’ na condução da aproximação com a potência que se projetava sobre as Américas.”²³

É preciso questionar em que medida a imagem de idealista e romântico, exageradamente desenvolvida por Luís Viana Filho – biógrafo de Nabuco e Rio Branco -, se aplica à análise de sua atuação enquanto embaixador em Washington e pensador da condição internacional do Brasil.

A atribuição do epíteto de “idealista” a Nabuco não é criação desta literatura. Um de seus mais competentes biógrafos, Luis Viana Filho, consagrou a idéia de que Nabuco fora um irremediável romântico, ou seja, um idealista, na medida em que sempre emprestou emoção às causas públicas que defendia e às questões amorosas de sua vida privada. O que os diplomatas e historiadores da política externa brasileira fizeram com o termo resultou, todavia, de uma apropriação nem um pouco desinteressada do termo. Na teoria das relações internacionais, “idealista” adquire outro significado, bem distinto daquele empregado por Viana Filho.²⁴

A primeira parte da vida de Nabuco costuma ser lida pela historiografia, segundo Lynch, como “um social-democrata *avant la lettre* cuja visão arguta da sociedade brasileira lhe teria permitido enxergar, num meio adverso e conservador, os males decorrentes de nossa má formação, bem como mobilizar a sociedade civil da época para forjar um país mais justo, mais solidário, mais cidadão.”²⁵ Com o fim da monarquia, abrir-se-ia um segundo momento em sua vida, no qual passaria a ser visto como um aristocrata saudoso, um monarquista conservador e mesmo como um reacionário. As explicações para tal inflexão dariam conta de um “romantismo incurável; excesso de imaginação idealista; perda do bonde da história; aristocratismo crônico.”²⁶

Enquanto herói republicano, Nabuco é celebrado como intelectual e político antiescravagista. Enquanto diplomata, “a face monroísta do herói foi negligenciada ao longo do tempo”.²⁷ Como bem notou Bonafé, “nas referências à

²³ Idem, p. 229.

²⁴ Idem, p. 226.

²⁵ LYNCH, Christian. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. Lua Nova (Impresso), v. 85, 2012, p. 1.

²⁶ Idem, p. 2.

²⁷ BONAFE, op. cit., p. 218.

sua produção intelectual e, mais especificamente, historiográfica, a República e o pan-americanismo não ganham destaque ou merecem pouca menção.”²⁸ Este autor ainda ressalta “a persistência de certo silêncio, negligência ou, quiçá, desvalorização da face diplomata e monroísta do herói.”²⁹ São emblemáticas as palavras de Ricupero a esse respeito.

“todo mundo pensa que, do que ficou de Nabuco, o importante foi a luta pelo Abolicionismo na juventude e os grandes livros da maturidade, Um Estadista do Império, Minha Formação. O que veio mais tarde, a defesa do Brasil no arbitramento sobre as fronteiras com a Guiana Inglesa, a legação em Londres, a embaixada em Washington, dá às vezes a impressão de semi-malogros ou de um doce crepúsculo.”³⁰

A respeito da sombra do Barão, Bonafé observa que ela encobriu “não apenas a imagem de Nabuco, mas também a de outros diplomatas notórios da Primeira República e cuja memória ficou relegada a segundo plano diante da proeminência de Rio Branco.”³¹ Para ele, “O caso mais emblemático, nesse sentido, talvez não seja nem o do próprio Nabuco, mas o de Oliveira Lima, frontalmente adversário da política externa do Barão.”³²

Mota diz que “Hoje, em julgamento sereno talvez possa sugerir que contemporâneos seus, escritores e diplomatas como Nabuco e Rio Branco não o tenham compreendido em sua profundidade, nem digerido alguns de seus comentários cáusticos, percepções agudas e atitudes independentes distanciadas do modismo oportunista.”³³ Nota ainda que “o legado de Oliveira Lima, que aguarda uma revisão para adequada relocalização no panorama da historiografia brasileira”³⁴

Mais de cem anos após a morte de Rio Branco, parece-nos, pois, oportuna, a possibilidade de nos debruçar sobre o pensamento internacional de duas das figuras mais originais e visionárias da história diplomática brasileira.

²⁸ Idem, p. 225.

²⁹ Idem, p. 230.

³⁰ RICUPERO, RICUPERO, Rubens. Joaquim Nabuco e a nova diplomacia. Conferência proferida no Recife, em 19.ago.2005, no Seminário “Joaquim Nabuco, Embaixador do Brasil: 1905-2005”. *apud* BONAFE, op. cit., p. 233.

³¹ BONAFE, 2008, op. cit., p. 228.

³² Idem.

³³ MOTA, op. cit., p. 240.

³⁴ MOTA, op. cit., p. 246.

O terceiro motivo que orienta a nossa escolha jaz na curiosidade despertada pelo baixo número de trabalhos preocupados em compreender a formação do pensamento internacional brasileiro, seja no Império, seja na Primeira República. Como nota Lynch,

Raros são os estudos de pensamento político comparado, e nem se suspeita da existência de um pensamento internacional brasileiro, terreno absolutamente virgem onde se poderiam examinar os escritos deixados ao longo dos últimos duzentos anos por diplomatas como o visconde do Rio Branco, Francisco Otaviano, o barão de Cotegepe, Oliveira Lima, Otávio Mangabeira, Osvaldo Aranha ou Afonso Arinos. Embora praticada por alguns historiadores das relações internacionais, semelhante pesquisa é inexistente no campo das ciências sociais. Mesmo para os internacionalistas, trata-se de uma disciplina por ser constituída, que ainda não tem sequer nome de batismo. Dificuldade adicional, claro, para compreender o pensamento de Rio Branco em matéria de política externa.³⁵

Essa ausência de atenção é sem dúvida maior com relação aos estadistas do Império. O próprio Itamaraty dá ênfase acentuada ao pensamento diplomático brasileiro que supostamente teria se iniciado com Rio Branco. Cheibub destaca que “Atualmente, o MRE busca suas raízes nos feitos de Rio Branco, com poucas referências ao período imperial.”³⁶ Cervo chega especificamente a assinalar a ausência de estudos historiográficos que se concentrassem no “pensamento político brasileiro” no Império.³⁷

Ao longo deste trabalho, argumentaremos pela existência de dois paradigmas de política externa no século XIX. Essas formas de ver as relações internacionais condicionariam o ambiente de socialização ao qual Rio Branco, Oliveira Lima e Joaquim Nabuco estiveram submetidos. É preciso compreender em que medida essa herança política imperial influenciou o pensamento diplomático brasileiro. Como mencionado anteriormente, nos parece pouco provável que a mudança de regime operada em 1889 tenha tido força o suficiente para operar uma completa subversão das crenças e valores construídos intersubjetivamente ao longo de quase um século. Jaz sobretudo nessa impossibilidade traços maiores de continuidade na condução da política externa pós-1889.

³⁵ LYNCH, Christian. Um saquarema no Itamaraty: reflexões e hipóteses para uma pesquisa sobre o pensamento político do barão do Rio Branco, 2012, p. 24.

³⁶ CHEIBUB, op. cit., p. 120.

³⁷ CERVO, op.cit., p. 103

Interessa-nos ainda com base em um instrumental teórico-metodológico de Relações Internacionais estabelecer as bases ontológicas e metodológicas para o desenvolvimento deste trabalho, em que pese as mais valiosas contribuições oriundas da História, da Ciência Política ou da Sociologia. Parece-nos essencial compreender a formulação do pensamento internacional do período através do estudo das ideias que emanaram de seus principais representantes, outorgando-lhes agência, mas ao mesmo tempo reconhecendo as estruturas cognitivas presentes na contingências histórico-cultural em que viveram. Analisaremos, pois, o pensamento de nossos protagonistas auxiliados pelas lentes analíticas do que se denominou Construtivismo.

A escolha por Oliveira Lima e Joaquim Nabuco não foi casual. Foram aqueles que melhor representaram os dois projetos de inserção internacional do Brasil no início da Primeira República. O primeiro, global enquanto panamericanista de vertente latino-americana. O segundo, monroísta. Para Oliveira Lima, as relações internacionais do Brasil deveriam ser ampliadas, a começar pelo estreito relacionamento com os vizinhos latino-americanos, sobretudo a Argentina. O tom da diplomacia deveria ser o pragmatismo comercial e a ampla utilização da cultura como mecanismo de promoção nacional do país no exterior. Daí, se falar em diplomacia cultural *avant la lettre*.

Para Nabuco, o eixo da diplomacia brasileira deveria estar na aproximação com os Estados Unidos. Tal aproximação cumpriria uma dupla função. Se de um lado serviria aos propósitos de combate aos males antiliberais ao fomentar a criação de uma opinião pública continental liberal e de instituições que limitassem a atuação de eventuais ditadores, do outro, representaria a defesa contra os ímpetos imperialistas europeus.

Outrossim, estudar o pensamento internacional de Joaquim Nabuco e, sobretudo, o de Oliveira Lima abre-nos a oportunidade de conhecer outras formas de ver as relações internacionais distintas das de Rio Branco, personagem privilegiado pelos estudiosos do período. A propósito, os dois primeiros escreveram com abundância sobre a política internacional de sua época. Rio Branco, por outro lado, dedicou-se exaustivamente às tarefas cotidianas da diplomacia, o que lhe reservaria pouco espaço para a produção de livros e artigos. Parte considerável de seu pensamento internacional precisa ser deduzido de sua ação diplomática e de discursos oficiais.

Em certa medida, entre 1902-1912, a atuação de Rio Branco em um primeiro momento esteve próxima ao monroísmo defendido por Nabuco. O encantamento vai cedendo lugar entre os anos 1906-1907, quando da Conferência de Paz de Haia e da Conferência Pan-Americana do Rio Janeiro. A partir de então, Rio Branco se aproxima do panamericanismo crítico de Oliveira Lima. Data deste momento os mais sérios desentendimentos entre Nabuco e o Barão.

Divisão dos Capítulos

Com vistas a analisar o pensamento internacional de Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, esta dissertação será composta por esta breve introdução, quatro capítulos de desenvolvimento e uma conclusão. A próxima parte, intitulada, “*Agência, Estrutura e Cognição: Um Diálogo entre Construtivismo e Teoria Cognitiva*”, buscará avançar o argumento segundo o qual o pensamento internacional brasileiro e a tradição político-diplomática se co-constituem, resultante da ação humana sobre uma realidade mutável de construção intersubjetiva.

Ademais, discutiremos de que forma Construtivismo e Teoria Cognitiva podem dialogar e disponibilizar-nos instrumentos teóricos de análise do pensamento político. A possibilidade de diálogo ou mesmo de síntese entre as duas perspectivas foi primeiro aventada de forma sistemática por Houghton³⁸, embora Wendt³⁹ e Kubalkova⁴⁰ já tivessem anteriormente sugerido a viabilidade desta colaboração.

O segundo capítulo, “*Quatro Paradigmas de Política Externa*” analisará a formação de quatro paradigmas da política externa brasileira. No século XIX, decorrentes da necessidade de se forjar a construção do Estado e o seu conseqüente reconhecimento internacional, dois paradigmas ajudariam aos estadistas imperiais na tarefa de dar sentido à complexidade da realidade. De um

³⁸ HOUGHTON, D. P., “Reinvigorating the Study of Foreign Policy Decision Making: Toward a Constructivist Approach”, *Foreign Policy Analysis*, vol. 2, 2007, pp. 24-45.

³⁹ WENDT, ALEXANDER. *Social Theory of International Relations*. New York: Cambridge University Press, 1999.

⁴⁰ KUBÁLKOVÁ, Vendulka, *Foreign Policy, International Politics, and Constructivism*, in V. Kubálková (ed) *Foreign Policy in a Constructed World*. Armonk, New York: Sharpe, M.e., Inc., 2001.

lado, o paradigma saquarema ou conservador; do outro, o luzia ou liberal.⁴¹ No século XX, dois outros paradigmas de política externa, conhecidos na literatura como “globalismo” e americanismo” emergiriam com a tarefa de orientar a diplomacia na consecução daqueles que seriam os principais objetivos da política exterior brasileira: autonomia e desenvolvimento.

Vários são os autores e respectivos trabalhos que nos ajudaram na tarefa de compreensão dos paradigmas americanista e globalista. Entre eles, destacam-se as obras de Lima, Silva, Ricupero, Pinheiro.⁴² Menos abundante, por outro lado, é a oferta dos estudos acerca das distintas formas de pensar as relações internacionais no século XIX. Prevalece ainda hoje a crença de um pensamento internacional relativamente homogêneo entre a elite imperial. Para Cervo, uma espécie de conciliação teria tomado lugar quando o assunto fosse a política externa, a despeito das reconhecidas distinções em termos de projetos políticos entre luzias e saquaremas no plano doméstico.

Estudos recentes, no entanto, lançam luz para a existência de dois conjuntos ideários que se traduziriam em dois paradigmas de política externa, como nos mostram os trabalhos de Lynch e Barrio.⁴³ Evidentemente, essas duas formas de ver as relações internacionais, portadas por liberais e conservadores, encontrariam nos constrangimentos políticos da época desafios para a sua implementação. A ação política nem sempre é resultado direto do pensamento internacional de determinada época.

Esses paradigmas foram mais visíveis nos momentos em que as questões externas foram trazidas à luz da política doméstica, exemplo para os anos de

⁴¹ Saquaremas em alusão ao município carioca onde os líderes do Partido Conservador se encontrar, mais precisamente na fazenda do Visconde de Itaboraí nessa localidade. Já luzia se refere aos membros do partido liberal, em lembrança da maior derrota sofrida revoluções liberais de 1842, na cidade mineira de Santa Luzia.

⁴² LIMA, op. cit., SILVA, Alexandra de Mello e. O Brasil no Continente e no Mundo: Atores e Imagens na Política Externa Brasileira Contemporânea. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, (15), jan./jun. 1995 e Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. Rev. Bras. Polít. Int. 41 (2): 139-158. 1998; Ricupero, op. cit.; PINHEIRO, Leticia. Traídos pelo Desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. Contexto Internacional, vol. 22 n. 2. Rio de Janeiro, IRI-PUC/RJ, jul./dez 2000, p. 305-334 e Política Externa Brasileira. Zahar, 2007.

⁴³ BARRIO, Cesar de Oliveira Lima Barrio. O Intervencionismo no Império Brasileiro no Rio da Prata: da Ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília; Departamento de História, 2011. LYNCH, Christian. Saquaremas e Luzias – A Sociologia do Desgosto com o Brasil. Insight Inteligência, out-nov-dez, 2011 e Um saquarema no Itamarati: reflexões e hipóteses para uma pesquisa sobre o pensamento político do barão do Rio Branco, 2012.

1850-1870, período em que as intervenções platinas e a crise com a Inglaterra se impuseram como ameaças à soberania do Estado em criação. Como veremos mais adiante, as ideias contidas no paradigma luzia influenciarão o pensamento de Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, enquanto Rio Branco seria nas palavras de Lynch, “guardião da tradição saquarema” ou “um saquarema no Itamarati”⁴⁴.

Os capítulos seguintes, “*O Pensamento Internacional de Joaquim Nabuco*” e “*O Pensamento Internacional de Oliveira Lima*” analisarão as contribuições de Nabuco e Oliveira Lima ao pensamento internacional brasileiro. Estudaremos suas visões de mundo mediante a reconstrução de três imagens a serem apreendidas de fontes primárias e secundárias: a ontologia do sistema internacional; a formação do Estado-nação brasileiro; e, o papel e lugar do Brasil no mundo.

É grande o número de obras produzidas por esses autores, seja mediante a publicação de livros, seja através da participação jornalística. Foram grandes comentadores da política doméstica brasileira e da política internacional, além de influentes palestrantes junto a importantes centros acadêmicos de sua época. Some-se a tais fatos, a existência de diários pessoais e número considerável de cartas trocadas com os mais variados interlocutores. Nossos esforços serão ainda complementados pelos inúmeros trabalhos publicados ao longo dos anos sobre esses personagens da história brasileira.

Argumentaremos, neste trabalho, pela consistência e ausência de idealismo ingênuo no pensamento internacional de Nabuco. Argumentaremos ainda que jaz no pensamento político de Oliveira Lima o conjunto de ideias-base, posteriormente conhecido como globalismo, que na década de 1950-60 ganharia sua forma mais bem acabada. Por fim, a conclusão retomará a discussão em torno da importância de Oliveira Lima e Joaquim Nabuco para o pensamento internacional brasileiro do século XX.

⁴⁴ LYNCH, Christian. Um saquarema no Itamarati: reflexões e hipóteses para uma pesquisa sobre o pensamento político do barão do Rio Branco, 2012, p. 1 e 35.